

## Nova diretoria da Adufes toma posse

A nova diretoria da Adufes, que irá assumir a direção do sindicato pelo biênio 2012/2013, foi empossada no dia 9 de dezembro, durante a Assembleia Geral. Em sua fala de posse, o presidente reeleito, José Antônio da Rocha Pinto, reafirmou o compromisso da luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade e o fortalecimento da discussão em torno da reestruturação da carreira docente.

“Na nova gestão, iremos ampliar o debate em torno da carreira docente e de todas as questões que envolvem o dia a dia dos professores, como a saúde, condições de trabalho e a questão da exigência por produtividade. Além disso, queremos avançar no trabalho já iniciado com os campi de Alegre e São Mateus, além de intensificar a relação com o Andes-SN e outros sindicatos e movimentos sociais”, defendeu Rocha.

Além disso, o presidente reeleito destacou os principais



Foto: Comunicação Adufes

Desafio da nova diretoria da Adufes é debater a reestruturação da carreira docente e as pautas locais da universidade

pontos da pauta local a serem trabalhados pela nova gestão. “Iremos trabalhar em defesa da democracia e transparência administrativa, examinar as condições do funcionamento dos cursos do Reuni e buscar interagir com mais intensidade junto à gestão da Ufes no sentido de melhorar as condições do trabalho docente”, salientou Rocha.

O presidente da seção sindical destacou ainda o

compromisso de fortalecer a unidade do sindicato por meio das instâncias deliberativas e consultivas, como os Grupos de Trabalho e o Conselho de Representantes. “Vamos continuar valorizando as discussões dos temas importantes para a categoria por meio das instâncias de representação da Adufes, incentivando a participação dos professores ativos e aposentados”, disse Rocha.

Em seu discurso de posse,

José Antônio da Rocha Pinto lembrou as realizações da diretoria 2010-2011 e agradeceu a todos os docentes e demais membros da comunidade universitária que, de alguma forma, colaboraram com as atividades. “Todo trabalho dessa gestão só foi realizado porque muitas mãos construíram as atividades e lutas. Agradecemos a todos os docentes que estiveram conosco nessa empreitada”, agradeceu Rocha

## Renovação e experiência marcam o grupo da nova gestão da Adufes

A participação de professores que ingressaram recentemente na Ufes foi um ponto ressaltado da nova gestão. “A nossa diretoria assume com uma equipe capaz de mobilizar a base do sindicato, que mistura a experiência e a renovação, o que amplia nossa potencialidade de mobilização”, pontuou Rocha.

De acordo com o pri-

meiro tesoureiro da Adufes, Thiago Drumond Moraes, estão em curso as mudanças nas condições de trabalho do professor, na cultura e na identidade da instituição universitária. “Percebendo essas mudanças pretendemos envolver todos os docentes, tanto os mais antigos na instituição quanto os que estão em estágio probatório.

É preciso ampliar a discussão para fortalecermos a luta por dignidade do professor e pela aprovação da reestruturação da carreira docente”, destacou Thiago.

Para o docente, mobilizar os professores recém-contratados nas discussões em torno das bandeiras de luta do movimento sindical é fundamental para o fortalecimento

da categoria. “Precisamos envolver todos os docentes, inclusive aqueles que ainda estão em estágio probatório, pois estar sob esta condição não deve ser um empecilho de atuação no movimento sindical. Mas, pelo contrário, é neste espaço que apresentamos nossas dificuldades e demandas coletivas”, disse Thiago Drumond Moraes.

31º Congresso do  
Andes-SN será em  
Manaus

Megaeventos provocam  
despejo em favelas  
cariocas

Dica de férias:  
Exposição  
Fermata

# Assembleia da Adufes elege representantes para o 31º Congresso do Andes-SN

Na assembleia realizada no dia 09 de dezembro, foram eleitos os delegados da Adufes que irão participar do 31º Congresso do Andes-SN, que ocorrerá em Manaus (AM), de 15 a 20 de janeiro. Com o tema “Caprichar na Educação, Garantir Direitos dos Trabalhadores para ter Futuro”, o Congresso irá definir as linhas políticas de ação do Sindicato Nacional e um Plano de Lutas para o ano de 2012.

A Seção Sindical poderia eleger até 9 docentes para participar da atividade, sendo 8 pela base e 1 pela diretoria.

A vaga destinada à diretoria foi ocupada pelo presidente do Sindicato, José Antônio da Rocha Pinto. Pela base, os delegados escolhidos foram os docentes Cenira Andrade de Oliveira, Thiago Drumond Moraes, Márcia Helena Siervi, Bernardete Gomes Mian, Rogério Netto Suave, Temístocles de Sousa Luz, Luiz Leoncio Lorenzone, Maria Daniela Correa de Macedo e, como observador, Geraldo Rossoni Sisquini. Os docentes Odiléa Dessaune de Almeida e Josemar Machado de Oliveira integram o grupo como



Adufes irá levar nove delegados para o Congresso do Andes-SN.

suplentes dos delegados.

No 31º Congresso também se discutirá a sucessão da Diretoria do Sindicato Nacional

para o biênio 2012-2014 e serão apresentadas as chapas para a eleição, que ocorrerá em maio de 2012.

## Congresso discutirá ações diante da crise e dos cortes sociais

De acordo com a diretoria do Andes-SN, o 31º Congresso será realizado em uma conjuntura que denota grande complexidade, considerada a persistente crise econômica e social que assola os países centrais do capitalismo, particularmente os da Europa e os Estados Unidos.

“No Brasil, as ações do governo pretendem ajustar o país a esse quadro de crise, cujas soluções propostas vão na direção do arrocho fiscal e da utilização da maior parte dos recursos orçamentários para cobrir os encargos da imensa dívida

pública”, afirmou a diretoria do Andes-SN. Além disso, amplia-se o espaço dos interesses privados que se agigantam na apropriação do setor público.

Na avaliação da diretoria do Andes-SN, não por acaso, o governo patrocina iniciativas de congelamento salarial dos servidores públicos, a privatização dos hospitais universitários e tem urgência na implantação dos Fundos de Pensão. No campo educacional, os ajustes se dão com o desmonte do Sistema Nacional de Educação e na multiplicação de carreiras da

educação, buscando enfraquecer, ao invés de fortalecer, a categoria dos professores. De igual forma, essas proposições são reproduzidas pelos governos estaduais, por vezes antecipando-se às diligências do governo federal.

O governo insiste, também, na política de favorecer os interesses privados pelas concessões feitas aos empresários do setor e continua a investir em um Plano Nacional de Educação cujos recursos estarão aquém das necessidades reais para a universalização da educação em todos os níveis. Ademais, per-



manecem as pressões sobre as organizações sociais e sindicatos independentes.

## Reunião define calendário para negociação da reestruturação da carreira em 2012

A agenda das atividades em torno da reestruturação da carreira docente para 2012 foi definida no dia 13 de dezembro em reunião no Ministério do Planejamento (MP), entre o ANDES-SN, governo e as demais entidades envolvidas no processo. Foi acordado

ainda que até o final de março, o processo negocial de reestruturação da carreira deverá estar concluído, inclusive com a definição da tabela remuneratória e impacto financeiro.

Tanto governo quanto entidades devem apontar as divergências consideradas

estruturais no debate, explicitando suas posições sobre as mesmas. No dia 24 de janeiro, o grupo de trabalho se reúne novamente para montar um quadro com as diferenças e avançar na negociação das mesmas.

“Comprendemos que

superamos um ciclo desse processo e iniciamos um novo, com caráter de negociação efetiva. As reuniões a partir de agora tem que ter densidade para aprofundar e afunilar o processo”, observou Marina Barbosa, presidente do ANDES-SN.

# Megaeventos: obras da Copa do Mundo removem comunidades cariocas

Comunidades do Rio de Janeiro, de 2014 a 2016, podem ser removidas, de forma total ou parcial, para ceder lugar aos grandes empreendimentos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. As obras de mobilidade urbana incluem a expansão de linhas de metrô, construção de corredores de ônibus e obras de acesso a áreas urbanas.

De acordo com o professor de Planejamento Urbanístico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do grupo de pesquisa do projeto Observatório das Metrôpoles, Orlando Alves dos Santos Junior, está em curso transformações arquitetônicas e urbanísticas nas áreas que aparecerão como cenários dos jogos da Copa. “Esse processo implica a apropriação de certas áreas da cidade que estão desvalorizadas, portanto, parcialmente desmercantilizadas. Para isso, o Estado precisa remover comunidades populares de modo diferente das desapor-

priações do início do século XX”, explicou Orlando.

O processo de remoção das residências feita pelo Poder Público no Rio de Janeiro obedece à geografia dos grandes projetos que irão receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Estão passando por esse processo as comunidades da Barra da Tijuca, do Centro, em torno da Zona Sul e Maracanã.

**Remoção das comunidades e o processo de resistência social.** Conforme destacou o professor Orlando Alves dos Santos Junior, relatos feitos por moradores das comunidades removidas destacam a falta de transparência nas ações do poder Público, a não discussão prévia dos projetos e das remoções, a ausência do diálogo e de negociação sobre as alternativas as remoções, a realização de despejos de forma violenta e o baixo valor quando pago pelas indenizações.

“Muitas comunidades têm



se organizado para resistir a esse processo. A maior dificuldade é o fato de os projetos não serem discutidos de forma coletiva, de as negociações serem sempre individuais, baseadas na ameaça e na coação. Isso gera medo, insegurança e processos de divisão”, disse o professor Orlando. De acordo com ele, em várias cidades, como Rio de Janeiro e Fortaleza, o processo de resistência das comunida-

des em vias de remoção teve sucesso, inclusive alterando as propostas do Poder Público. “A comunidade do Metrô, que está situada ao lado do Maracanã, no projeto original iria ser removida, mas após um processo de resistência e pressão, os moradores conseguiram ser transferidos para um conjunto habitacional que fica ao lado da comunidade, o que significou um avanço”, explicou.

## Dossiê “megaeventos e violações de direitos humanos” mostra impactos e violações em função da Copa

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa composto por movimentos sociais e populares que discutem o impacto das obras relacionadas ao Mundial de 2014, lançou no início do mês de dezembro, o dossiê “Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil”. O documento, de 138 páginas, reúne informações, por exemplo, sobre a remoção de famílias em virtude das obras, nas 12 cidades que receberão os jogos da

competição.

O material foi entregue aos governos municipais e estaduais das doze cidades-sede da Copa, além de órgãos federais como o BNDES e o Ministério Público Federal. A Comissão de Direitos Humanos da OEA e a Organização das Nações Unidas (ONU) também receberam o documento.

O dossiê está dividido em moradia, trabalho, informação, participação e representação

popular, meio ambiente, participação acesso a serviços e bens públicos, mobilidade e segurança pública. Segundo o material, cerca de 160 mil famílias estão ameaçadas de remoção no Brasil por obras relacionadas aos megaeventos.

Para a coordenadora Nacional Rede Jubileu Sul, Rosilene Wansetto, os recursos gastos nos megaeventos deveriam ser aplicados em políticas públicas. “Esse dinheiro vem da supressão

de direitos por políticas públicas importantes, como saúde e educação. Isso gera uma dívida pública que será paga pela população”, afirmou Rosilene.

**Dica:** Confira no Youtube o vídeo sobre o Comitê Popular da Copa de São Paulo, em que é feita uma descrição sobre o Comitê e as articulações populares em torno da discussão das conseqüências do evento esportivo no Brasil e o processo de resistência das comunidades.

## Coquetel comemora posse da nova diretoria da Adufes



Cerca de 150 pessoas participaram do coquetel em comemoração à posse da nova diretoria da Adufes. Além de música ao vivo, foram oferecidos aos convidados comidas e bebidas!

## Museu Vale recebe exposição dos artistas plásticos Gustavo e Otávio Pandolfo

O universo lúdico dos irmãos Gustavo e Otávio Pandolfo, mais conhecidos como *Osgemeos*, enche de cores e sensações o galpão do Museu Vale, em Vila Velha. O público pode conferir o trabalho até o dia 12 de fevereiro. Todas as obras que compõem a exposição são inéditas, entre pinturas, esculturas, vídeo arte e instalação. A mostra apresenta o universo particular dos artistas, em obras que surpreendem e integram também elementos críticos.

**Fermata.** O termo italiano usado para designar o prolongamento de uma nota musical, foi incorporado pelos artistas plásticos *Osgemeos* como título desta exposição. Simboliza intervalos do pensamento sonoro.

**Programe-se.** O Museu Vale funciona de terça-feira a sexta-feira, das 8h às 17 horas. Aos sábados e domingos, das 10 às 18 horas. O museu fica no Pátio da Antiga Estação Pedro Nolasco, s/n – Vila Velha.

A visitação é gratuita.

## EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN  
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.  
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax: 27. 3227.3908  
www.adufes.org.br  
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto  
presidente

Temístocles de Sousa Luz  
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini  
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes  
1º tesoureiro

Flávia Meneguelli Setubal  
secretária geral

Mariane Lima de Souza  
1ª secretária

Rafael da Silveira Gomes  
1º suplente

Bernardete Gomes Mian  
2ª suplente

Susane Petinelli Souza  
3ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo  
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)  
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares

## NOTÍCIAS DO JURÍDICO

### Diretor da Adufes ganha ação na justiça contra jornal que o ofendeu

O juiz do 2º Juizado Especial Cível de São Mateus, Dr. Ricardo Furtado Chiabai, através de sentença publicada em 23/10/2010, concedeu ao Presidente da Adufes sentença favorável por danos morais praticados pelo jornal Diário Popular, na coluna "Papo com Aranha", que o acusou dentre outras coisas de tentar impedir o desenvolvimento do CEUNES.

Na Sentença disse o Juiz em seu relato:

"Na matéria, o autor, na época professor da universidade, foi acusado de ter tentado desconstituir o "sonho" que seria a permanência e melhoria do Universitário da UFES em São Mateus.

A matéria foi publicada no jornal e a sociedade, inclusive os alunos e demais funcioná-

rios da universidade tiveram acesso a ela.

Ou seja, o requerente passou a ser visto comopositor à própria instituição em que lecionava, o que, sem dúvida, é um fato negativo vinculado à sua imagem.

A negatividade que a reportagem vinculou à imagem do autor é fato potencialmente ensejador de dano moral. No caso dos autos é óbvio que teor da publicação repercutiu na esfera personalíssima do requerente, pois trouxe negatividade à sua imagem perante seu local de trabalho e de toda sociedade em que convive, causando-lhe dano moral que merece reparação."

Lembrando-se que quando da publicação da matéria que motivou o ingresso da ação era o Professor Rocha dirigente da Adufes, e que da sentença ainda cabe Recurso para Turma Recursa, 2ª instância do Juizado Especial.

### Decisão liminar favorável

A Assessoria Jurídica obteve decisão favorável a 5 docentes filiados à Adufes em ação movida em face da Ufes.

Trata-se de processo em que se objetiva evitar a restituição ao erário de proventos pagos a mais ao servidor.

O Juiz da 6ª Vara Federal Cível de Vitória, nos autos do processo 0013143-13.2011.4.02.5001, proferiu decisão liminar favorável aos professores, determinando à universidade que se abstenha

imediatamente de efetuar quaisquer descontos em seus proventos.

O douto Magistrado afirmou que é dispensável a reposição de importâncias indevidamente percebidas por servidores, mas de boa-fé, em virtude de erro escusável de interpretação de lei por parte do próprio Ente Público, à vista da presunção de legalidade do ato administrativo e do caráter alimentar das parcelas salariais.